

## 31 A PROIBIÇÃO TOTAL DO ABORTO NO ESTATUTO DO NASCITURO: UM CONTRAPONTO COM A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES

**João Pedro dos Santos**

Graduando UniCesumar, ra-21009653-2@alunos.unicesumar.edu.br

**Mariana Carolina da Silva Neto**

Graduanda UniCesumar, ra-21032411-2@alunos.unicesumar.edu.br

**Cléber Sanfelici Otero**

Doutor, Professor-orientador, cleber.otero@unicesumar.edu.br

**INTRODUÇÃO:** O presente projeto tem como objetivo realizar análise minuciosa do projeto de lei de nº 478/2007, este nomeado como “Estatuto do Nascituro”, visando a proteção da figura do nascituro, dispondo de base o conceito de que a vida de um ser humano viria a ser iniciada no momento de sua concepção. No que concerne a este projeto de lei, vem a remeter ao fato de que o embrião deve ter reconhecimento da dignidade humana, dispondo assim, de proteção jurídica e direito à assistência médica financiada pelo Estado. Em conformidade com o referido projeto, há a vedação de maus tratos e negligências a figura do nascituro, convergindo de forma a direta com o objeto aborto. Desse modo, o projeto não virá a limitar-se apenas ao projeto de lei, mas também as raízes deste e a motivação deste se fazer lesivo ao instituto do aborto, além de rejeitar, de certa forma, o direito de escolha da figura feminina, lesando assim, os direitos fundamentais desta figura. Dito tudo, a pesquisa virá a desenvolver-se por meio da abordagem qualitativa, seu método de procedimento a ser utilizado virá a fundamentar-se na pesquisa bibliográfica, vindo a consistir na pesquisa bibliográfica e documental de obras doutrinárias, legislação nacional e internacional pertinente como instrumentos basilares na pesquisa, de jurisprudência e documentos eletrônicos.

**PROBLEMA DE PESQUISA:** O problema da pesquisa é a questão que será abordada no projeto, é a problemática que será investigada e respondida por meio da pesquisa. É importante que o problema seja bem definido e delimitado, para que a pesquisa possa ser conduzida de forma efetiva e os resultados obtidos sejam relevantes. Um bom problema de pesquisa deve ser claro, preciso e específico, ou seja, deve ser possível identificar exatamente o que se pretende investigar e quais serão as questões respondidas. Além disso, o problema deve ser relevante para a área de estudo e para a sociedade, apresentando uma contribuição ou solução para questões ainda não resolvidas. É a partir do problema da pesquisa que se definem os objetivos, a metodologia e os resultados esperados do projeto. Portanto, é fundamental que ele seja bem formulado e esteja alinhado com as questões e lacunas que ainda precisam ser respondidas na área de estudo.

**OBJETIVO:** O objetivo geral da atual pesquisa é discorrer sobre os impactos que o Estatuto do Nascituro vem a causar sobre os direitos das mulheres, visto que este projeto de lei visa a extinção de todos os permissivos legais previstos no Código Penal, tendo assim a revelação de uma das mais intensas heranças de misoginia da coletividade e judaico-cristã. Em relação aos objetivos específicos temos como propósito a apresentação da origem

histórica do legislativo religioso, a pesquisa sobre a evolução do Estado Laico no Brasil, a investigação das motivações para a descriminalização e a legalização do aborto e a análise geral dos direitos fundamentais

**MÉTODOLOGIA:** A metodologia que será utilizada na presente pesquisa será a bibliográfica, que compreende o levantamento de estudos bibliográficos, obras doutrinárias, artigos e legislações, junto ainda do método de pesquisa dialético. Referente aos objetivos, usaremos o método exploratório, tendo uma abordagem qualitativa.

**RESULTADOS ALCANÇADOS:** Os resultados esperados em um projeto de pesquisa são as conclusões e informações obtidas a partir da análise e interpretação dos dados coletados durante o estudo. Eles devem estar diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa e às perguntas de pesquisa formuladas. Os resultados esperados podem ser qualitativos ou quantitativos, dependendo do tipo de pesquisa e dos dados coletados. Podem incluir descobertas, novas informações, correlações, associações, entre outros achados relevantes para a área de estudo. Os resultados esperados também podem ser utilizados para validar ou refutar hipóteses estabelecidas no início da pesquisa e para contribuir para o desenvolvimento de novas teorias ou modelos. Os resultados esperados devem ser descritos de forma clara e objetiva na seção de resultados do projeto de pesquisa. Eles são fundamentais para avaliar a relevância e a importância da pesquisa, bem como para sua aplicação em outras áreas ou contextos. Além disso, os resultados esperados podem servir de base para novas pesquisas e estudos na área.

**FONTES FINANCIADORAS:** Trabalho financiado pela UniCesumar no PIC Programa de Iniciação Científica

## REFERÊNCIAS:

ARTAL-MITTELMARK, Raul. Fases do desenvolvimento do feto. **Manual MSD**, São Paulo, maio 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/problemas-de-sa%C3%BAde-feminina/gesta%C3%A7%C3%A3o-normal/fases-do-desenvolvimento-do-feto>. Acesso em: 6 ago. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 478, de 19 de março de 2007. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=443584&filena me=PL%20478/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584&filena me=PL%20478/2007). Acesso em: 25 mar. 2023.

EMMERICK, Rulian. **Aborto:** (des)criminalizacao, direitos humanos, democracia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HORST, Juliana de Oliveira. **Estatuto do Nascituro: Um avanço no retrocesso**. 2015. 13 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://anaiscongressodivsex.files.wordpress.com/2015/03/19-juliana-horst.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional Inclusiva**: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.